

---

# Gênero e Mediação: as mulheres da Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento

*Gender and Mediation: the women of the Community Library Abdias  
Nascimento*

Barbara Angelica Colono   

Luciane de Fátima Beckman Cavalcante   

Gisele Rocha Côrtes   

## Resumo

Os estudos de gênero e mediação estão entre as crescentes discussões na Ciência da Informação. Considerando que as bibliotecas são espaços que promovem a mediação da Informação, sobretudo informações que possibilitem às mulheres a luta por direitos e enfrentamento às várias formas de violência, a pesquisa debruçou o olhar para o cenário das bibliotecas comunitárias, tendo como foco a Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento pertencente à Vila Cultural Flapt, localizada na região norte da cidade de Londrina, no Paraná. Nesse sentido, teve como objetivo investigar os hábitos informacionais e culturais das mulheres residentes no entorno ou que conhecem a Flapt, assim como aspectos da violência de gênero que envolvem tais mulheres e as relações que estabelecem com a biblioteca Abdias Nascimento, tendo como norte os conceitos de mediação e cultura neste contexto. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de nível descritivo, com abordagem qualitativa e estudo de caso como delineamento. A coleta de dados se deu por meio de questionário on-line e a análise dos dados se pautou na análise de conteúdo, especialmente na técnica da análise categorial. Como resultado, foram evidenciadas as principais características da população quanto ao perfil socioeconômico, hábitos culturais e de informação, contato direto ou indireto com a violência de gênero e a relação da amostra com as bibliotecas em geral e com a Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento. Percebemos ser um grupo de mulheres jovens, estudantes, em sua maioria branca e com pós-graduação, apenas uma das participantes relatou não ter nenhum contato com a violência de gênero e embora tenham ligação com as bibliotecas por serem estudantes, 73% delas desconhecem a biblioteca comunitária Abdias Nascimento e utilizam muito pouco as bibliotecas como fonte de informação no que tange aos direitos femininos. Concluiu-se que a comunidade pesquisada necessita de práticas de mediação da informação e da cultura direcionadas para as questões de gênero, em especial sobre a violência contra mulheres. A instituição tem potencial para tornar essa biblioteca um espaço de sociabilidade entre mulheres e de compartilhamento de informações essenciais para as lutas contra a violência. Neste contexto, destacou-se a importância da Biblioteconomia se aproximar mais das lutas sociais.

**Palavras-chaves:** gênero; mediação; mediação da informação; cultura; bibliotecas comunitárias.



# folha de rosto

---

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Juazeiro do Norte, v. 9, n. 2, p. 112-143, maio/ago. 2023. ISSN 2447-0120. DOI [10.56837/fr.2023.v9.n2.972](https://doi.org/10.56837/fr.2023.v9.n2.972).

## Abstract

Gender and mediation studies are among the growing discussions in Information Science. Considering that libraries are spaces that promote the mediation of information, especially information that enables women to fight for their rights and face the various forms of violence, the research focused on the scenario of community libraries, focusing on the Abdias Community Library Birth belonging to Vila Cultural Flapt, located in the northern region of the city of Londrina, Paraná. In this sense, it aimed to investigate the informational and cultural habits of women living in the surroundings or who know the Flapt, as well as aspects of gender violence involving such women and the relationships they establish with the Abdias Nascimento library, having as its guide the concepts of mediation and culture in this context. For that, a descriptive level research was carried out, with a qualitative approach and case study as design. Data collection took place through an online questionnaire and data analysis was based on content analysis, especially on the categorical analysis technique. As a result, the main characteristics of the population were highlighted in terms of socioeconomic profile, cultural and information habits, direct or indirect contact with gender violence and the sample's relationship with libraries in general and with the Abdias Nascimento Community Library. We noticed that it was a group of young women, students, mostly white and with a postgraduate degree, only one of the participants reported having no contact with gender violence and although they are connected to libraries because they are students, 73% of them are unaware of the library community Abdias Nascimento and use libraries very little as a source of information regarding women's rights. It was concluded that the researched community needs information and culture mediation practices directed towards gender issues, especially regarding violence against women. The institution has the potential to make this library a space for sociability among women and for sharing essential information for the fight against violence. In this context, the importance of Librarianship to get closer to social struggles was highlighted.

**Keywords:** Gender; Mediation; Mediation of Information; Culture; Community Libraries.

## 1 Introdução

A cultura, enquanto conjunto de práticas sociais carregadas de representações simbólicas que se alteram nos processos históricos, molda nossas relações sociais, concepções e as formas como transformamos a natureza e a nós mesmos (Eagleton, 2005) e envolve aspectos da vida social e coletiva. Por essa razão, procuramos discutir a mediação da informação e as questões de gênero sob uma perspectiva cultural.

A mediação da informação corresponde a todas as formas de interferência por parte do profissional para que os leitores/usuários tenham acesso e se apropriem das informações disponíveis (Almeida Junior, 2015). Ela é cultural, pois a interferência nos processos informacionais para a apropriação da informação é permeada pelo contexto cultural de mediadores e mediando, refletindo na construção de novas motivações e práticas sociais (Bezerra; Cavalcante, 2020).

Considerando que nossas práticas informacionais são resultantes dos processos históricos e das significações atribuídas socialmente, propomos pensar a mediação para mulheres a partir de uma epistemologia feminista aplicada à Ciência da Informação (Crippa, 2011), partindo dos estudos de gênero e da perspectiva social da Biblioteconomia.

Nossas inquietações partem do princípio de que os estudos da Biblioteconomia precisam dialogar com outras áreas do conhecimento a fim

de explorar fenômenos informacionais influenciados por fatores que ultrapassam nossos limites de conhecimento. Nessa perspectiva, como poderíamos discutir a mediação da informação para mulheres sem compreender as construções socioculturais que se formam sobre as diferenças sexuais e que impactam nas relações com a informação e nas práticas de mediação? Diante disso, nossa dedicação voltou-se a entender o modo como a cultura opera na informação e na construção das relações de gênero.

A pesquisa teve como objetivo investigar os hábitos informacionais e culturais das mulheres residentes no entorno ou que conhecem a Flapt, assim como aspectos da violência de gênero que envolvem tais mulheres e as relações que estabelecem com a biblioteca Abdias Nascimento, tendo como norte os conceitos de mediação e cultura neste contexto. Para alcançar os objetivos propostos, optamos por uma pesquisa descritiva e qualitativa, caracterizada como um estudo de caso, tendo o questionário como técnica para coleta de dados.

O levantamento do perfil e hábitos de informação e cultura das mulheres que formam a comunidade do Luiz de Sá foi realizado entre Fevereiro e Março de 2021. Inicialmente, escolhemos o formulário como instrumento a ser aplicado pessoalmente, por ser mais inclusivo, mas, dado o contexto de pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2), optamos pela utilização do *Google Forms* que foi enviado às participantes por redes sociais e *Whatsapp*.

Para tanto criou-se um vídeo impulsionado por anúncio do Facebook com público-alvo delimitado à mulheres residentes na zona norte de Londrina e maiores de 18 anos. Além disso, foram feitas publicações em 5 grupos do Facebook e postagem no perfil pessoal da pesquisadora com a página da Flapt marcada na publicação. Os grupos escolhidos foram: Grupo das minas de Londrina; Enjoei, e aí? Londrina e Região; Enjoei – Zona Norte Londrina; Profissionais LGBTQIA+ Londrina e região e Vestibular UEL, a escolha se deu pela popularidade desses grupos na cidade, por ser direcionado às mulheres, à região norte e para a comunidade LGBTQIA+, pois também desejávamos alcançar as mulheres trans de Londrina.

Por *Whatsapp* obtivemos contato com a Frente Trans de Londrina e a Frente Feminista de Londrina; também conversamos com o presidente atual da ONG para que ajudasse no envio do formulário para as mulheres que frequentam a vila e compartilhasse no Facebook da Flapt, porém não obtivemos retorno do mesmo. Nas publicações, buscamos utilizar uma linguagem mais informal, visando a fácil compreensão da pesquisa e maior engajamento. Não realizamos cálculo de amostra, todas as mulheres residentes na zona norte ou

frequentadoras da Flapt podiam acessar o link e responder ao questionário, procuramos conseguir o maior número possível.

Para a análise desses dados, utilizamos a análise de conteúdo, especialmente a técnica da análise categorial de Bardin (1977), categorizando as respostas obtidas no questionário como segue: dados socioeconômicos, hábitos culturais e de informação, violência contra as mulheres e relação das participantes com bibliotecas. Os resultados foram apreciados após um diálogo entre os estudos de gênero e as bibliotecas comunitárias, tangenciados pelas questões informacionais.

## 2 Gênero e bibliotecas comunitárias

A formação sociocultural e histórica, o imaginário social e as instituições alicerçadas em práticas hierárquicas de gênero negaram às mulheres a participação na vida política e na produção intelectual, concedendo aos homens o poder de decisão e de fala sobre as mulheres.

Assim, as explicações quanto à origem da submissão das mulheres e os comportamentos atribuídos aos sujeitos a partir de seu sexo, nasceram por uma perspectiva masculina. Uma das teorias quanto ao processo de construção social da submissão se refere às significações atribuídas às diferenças fisiológicas entre homens e mulheres – como desvalorização da força corporal e aspectos relacionados à reprodução humana, bem como ascensão do falocentrismo e o surgimento da propriedade privada (Beauvoir, 1970).

Não é raro encontrarmos, ainda hoje, explicações para as diferenças de condutas entre homens e mulheres baseadas em aspectos biológicos, como os hormônios, determinantes para as atitudes mais emocionais e fragilidade nas mulheres, por outro lado, justificando atitudes mais agressivas nos homens, que são violentos e fortes. Os movimentos e as teóricas feministas, respeitando as linhas de atuação e especificidades históricas, assim como a crescente presença das mulheres nas universidades contribuem para o surgimento de uma epistemologia feminista, um projeto feminista de ciência que desenvolve uma nova linguagem e um contradiscurso responsável pela transformação na produção do conhecimento científico (Rago, 1998).

Conforme Scavone (2008) os estudos e pesquisas relativos 'às mulheres' (como foram denominados inicialmente) ganharam força paralelamente ao surgimento de uma nova fase do Feminismo, principalmente na Europa pós-68 e nos Estados Unidos. "É possível dizer que foi a partir daí que o campo de investigação científico sobre as mulheres se ampliou, evidenciando a forte relação do movimento social com os estudos feministas" (Scavone, 2008, p.

175). Scavone (2008) evidencia o trabalho realizado por Madeleine Guilbert em 1946 - *Le travail des femmes* - e o trabalho antropológico de Margareth Mead publicado em 1948 - *Male and Female* - como referências que abriram caminhos para a nova área de estudos e pesquisas.

Com uma proposta de autonomia política e de crítica radical ao 'patriarcado' este feminismo denunciava a 'opressão das mulheres' no espaço público e privado, aglutinando-se em torno de uma postura libertária e tratando das relações entre os sexos sob um prisma até então inexplorado.

Teóricas feministas da Antropologia, da História, das Ciências Sociais, dentre outras áreas do conhecimento juntamente com o movimento feminista travaram uma luta no campo do conhecimento para desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres. Embora o livro de Mead, *Male and Female* de 1948 tenha iniciado novas perspectivas como dito por Scavone (2008), desde a década de 1930 Mead já publicava sobre o que hoje conhecemos como estudos de gênero, a autora separa o conceito de sexo biológico dos papéis sexuais atribuídos a homens e mulheres em sua obra *Sexo e Temperamento* (Mead, 2003), publicado pela primeira vez em 1936, em que temperamento pode ser compreendido aqui como gênero, termo que ainda não era utilizado na época.

Quando Mead (2003) iniciou suas pesquisas, o objetivo era discutir como homens e mulheres são condicionados a personalidades sociais desde o nascimento. A pesquisa de campo da antropóloga foi realizada com três sociedades distintas da Nova Guiné, os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli. As críticas ao trabalho traziam argumentos de que a autora negava a existência de diferenças biológicas e que não era possível que indivíduos nascidos no sexo masculino tivessem comportamentos considerados – pela cultura ocidental – femininos e vice-versa.

Entretanto, Mead (2003) demonstra como as diferentes culturas constroem imaginosas texturas sociais a partir das sugestões da natureza, ou seja, nossas diferenças biológicas são inquestionáveis - de acordo com Eagleton (2005), a natureza impõe limites à humanidade –, mas cada cultura emprega diferentes e complexos significados aos traços naturais e, com base nessas tessituras sociais, desenvolvemos as ideias de categorias. Assim, a humanidade ora classificou os nascidos em determinada cultura a comportamentos sem reconhecer as variações naturais, ora hierarquizou os sujeitos a partir de variações como a idade, a beleza, a força, o sexo, etc.

A cultura ocidental considera determinados comportamentos como femininos e outros como masculinos, justificando esses temperamentos como naturais do sexo biológico. Em nossa cultura, a fragilidade, o medo, a sensibilidade,

delicadeza e futilidade são alguns padrões considerados femininos, enquanto a força, a coragem, racionalidade e violência são tidos como temperamentos masculinos.

No estudo de Mead (2003), a antropóloga demonstra como esses papéis são diferentes em cada cultura. Nos Arapesh, homens e mulheres apresentam características ditas femininas; nos Mundugumor, ambos são violentos e nada afetivos; enquanto na cultura Tchambuli as mulheres demonstram padrões masculinos e os homens são mais sensíveis e preocupados com a beleza, apresentando uma inversão do pensamento ocidental. A conclusão é que as nossas diferenças naturais não determinam os nossos comportamentos, ou então esses comportamentos seriam idênticos em todo o mundo:

As diferenças entre indivíduos que são membros de diferentes culturas, a exemplo das diferenças entre indivíduos dentro da mesma cultura, devem ser atribuídas quase inteiramente às diferenças de condicionamento, em particular durante a primeira infância, e a forma deste condicionamento é culturalmente determinada. As padronizadas diferenças de personalidade entre os sexos são desta ordem, criações culturais às quais cada geração, masculina e feminina, é treinada a conformar-se (Mead, 2003, p. 268-269).

A origem desses temperamentos padronizados, segundo a autora, dá-se de maneira arbitrária em cada cultura, quando os indivíduos escolhem, dentre a gama de comportamentos humanos, aqueles que devem ser especializados e atribuídos a todos os membros do grupo ou para cada sexo. Marilyn Strathern (2006), em sua obra *O gênero da dádiva*, explica esses condicionamentos como resultados de um evento ou incidente no tempo e no espaço do qual não temos conhecimento, pois sua origem é ambígua. Para Strathern (2006, p. 200), "[...] o que diferencia homens e mulheres, então, não é a masculinidade ou feminilidade de seus órgãos sexuais, mas o que eles fazem com eles."

Segundo Beauvoir (1970), a concepção sobre o que é ser mulher nasceu como contrário ao que é ser homem. Os discursos ocidentais – científicos, religiosos e literários – por muito tempo se pautaram nas diferenças biológicas existentes entre os corpos para definir as condutas atribuídas a cada sexo, inserido em um discurso predominantemente masculino, o homem passou a ser o primeiro sexo e às mulheres restou a categoria de segundo sexo, como sendo o seu contrário. Como consequência, os homens garantiram para si o direito de submeter as mulheres a partir na naturalização das desigualdades (Beauvoir, 1970).

Assim, ser mulher não é uma condição natural determinada pelo sexo, mas sim uma condição social e culturalmente construída por meio do gênero. Para Beauvoir (1967), a mulher é definida pelos papéis sociais a ela atribuídos, por isso a afirmação:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (Beauvoir, 1967, p. 9).

Foi a partir da preocupação em combater o determinismo biológico que as feministas começaram a utilizar o conceito de gênero para se referirem à organização social estruturada a partir dos sexos e também como crítica ao materialismo que não dava conta de explicar as relações desiguais entre homens e mulheres fora da divisão sexual do trabalho; gênero surge então como proposta de categoria de análise pelas pesquisadoras feministas, especialmente no campo da História, com vistas à construção de uma nova epistemologia (Scott, 1995).

Joan Scott (1995) compreende o gênero como constitutivo das relações sociais a partir das diferenças sexuais e apresenta quatro elementos relacionados entre si: são representações simbólicas culturalmente construídas em torno de homens e mulheres com diferentes formas e contextos; estabelece condutas normativas que reprimem formas alternativas de subjetividade, determinando conceitos fixos sobre masculinidades e feminilidades expressos na política, religião, sistema jurídico e científico; a organização de gênero não se restringe ao ambiente doméstico, afeta a política e a economia, transcendendo para a esfera pública e, por último, a identidade de gênero é subjetivamente construída e estabelece relacionamento com as atividades, instituições e representações sociais.

A segunda característica do gênero é a atribuição de significados às relações de poder. Para Scott (1995), as relações sociais são estruturadas a partir das representações de masculino e feminino e essas representações configuram a vida social, a política, as instituições e as crenças individuais, permitindo a distribuição do poder ao mesmo tempo em que concebe o que é poder e, nesse processo, observa-se maior acesso dos homens a ele e uma concepção de poder relacionada às características masculinas como força, racionalidade e liderança.

A partir disso, Scott (1995) estabelece a relação entre sistemas autoritários e maior dominação sobre as mulheres e a família, uma vez que exclui esse grupo

das atividades políticas, assim, quanto mais políticas públicas direcionadas às mulheres, mais democrático é o poder. Ao mesmo tempo, quando novos símbolos culturais surgem rompendo com as normativas, maior é a repressão por parte das camadas conservadoras, demonstrando que as posições normativas são fruto dos conflitos e não de um consenso como pretendem demonstrar algumas categorias de análise, por isso a importância de estabelecer novas categorias analíticas que permitem refletir “[...] sobre atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça” (Scott, 1995, p. 93).

Diante desses apontamentos, fica evidente o quanto os estudos de gênero contribuem para a compreensão da realidade, por outro viés, traz respostas quanto à dominação sobre as mulheres e às relações entre os sexos, sem recorrer há um determinismo biológico, mas sim às representações simbólicas que construímos em torno dos corpos por meio de nossa cultura e como essas representações tipificam a vida social. Ainda no caso do ocidente, coloca as mulheres como inferiores aos homens gerando uma série de violências e discriminações.

Como explicado por Scott (1995), antes dos estudos de gênero ganharem espaço por volta da década de 1970, não existia nenhuma categoria analítica, academicamente reconhecida, para explicar os processos históricos do ponto de vista feminino, como existe, por exemplo, para a categoria classe por meio do materialismo, como também não existia para raça e etnia. Seu trabalho demonstra como é importante elaborarmos novas perspectivas científicas que consigam expressar as particularidades dos fenômenos sociais e é por isso que os estudos de gênero também precisam considerar as interseccionalidades que envolvem as mulheres, como a raça e a classe social, principalmente em países como o Brasil, marcados pelo sistema escravagista.

De acordo com Rodrigues (2013), a interseccionalidade foi um termo cunhado pelas ativistas do movimento negro e feminista dos anos 1980 pela necessidade de romper o silêncio do feminismo branco em relação às opressões que associavam racismo e sexismo, na tentativa de conquistar direitos sociais e políticas públicas que englobassem as condições de gênero e raça. Kimberlé Crenshaw é uma das mais importantes feministas que abordam a interseccionalidade. Segundo ela:

O desafio é incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero. Isso significa que precisamos compreender que homens e mulheres podem experimentar situações



de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero. As mulheres devem ser protegidas quando são vítimas de discriminação racial, da mesma maneira que os homens, e devem ser protegidas quando sofrem discriminação de gênero/racial de maneiras diferentes. Da mesma forma, quando mulheres negras sofrem discriminação de gênero, iguais às sofridas pelas mulheres dominantes, devem ser protegidas, assim quando experimentam discriminações raciais que as brancas frequentemente não experimentam. Esse é o desafio da interseccionalidade (Crenshaw, [20--?], p. 9).

Desta forma, precisamos considerar que mulheres brancas e mulheres negras experimentam formas diferentes de discriminação sexual, pois existe uma simultaneidade na discriminação por gênero e pela raça.

Nesta dinâmica, é fundamental frisar que os espaços privados e públicos, historicamente, foram/são experienciados de forma desigual por mulheres negras e brancas. Segundo Crenshaw [20--?], a interseccionalidade possibilita aproximar as instituições no que diz respeito aos direitos humanos, uma vez que permite reflexões multidimensionais sobre as discriminações e desigualdades sociais.

No tocante às argumentações delineadas até o momento, cabe destacar que a biblioteca, enquanto instituição, tem a capacidade de promover o debate e as ações de combate à desigualdade de forma mais completa se levar em consideração os aspectos de gênero, raça e classe social que envolvem as mulheres.

O que desejamos mostrar é como a cultura opera tanto nas relações entre os sexos, quanto nos processos informacionais, em especial aqueles que perpassam as unidades de informação. Pois como vimos em Mead (2003), Beauvoir (1967; 1970) e Scott (1995), o gênero é uma construção cultural que normatiza as formas de comportamento para homens e mulheres, estabelecendo relações de poder e hierarquias nas quais as mulheres são muitas vezes inferiorizadas, enquanto a informação também é um produto e uma produtora da cultura (Mendonça; Feitosa; Dumont, 2019).

Nosso caminhar no mundo se dá no entrelaçamento de várias formas de mediação da informação. Quando recebemos informações do mundo, apropriamo-nos delas – consciente ou inconscientemente – de acordo com nossas experiência e concepções. Assim também o é como o profissional da informação que atua de acordo com suas percepções. Por isso, Almeida Junior (2015, p. 25) define a mediação da informação como:

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcial e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

A mediação da informação é um processo, histórico e social, uma vez que envolve a informação, o profissional da informação, o usuário, o produtor da informação, assim como o contexto espacial, temporal e os equipamentos informacionais (físicos ou não). Está presente em todas as ações do profissional da informação, aquelas que exigem a presença do usuário é definida como mediação explícita – direta – enquanto as ações realizadas sem a presença do usuário são chamadas de mediação implícita – indireta. (Almeida Junior, 2015).

Henriette Ferreira Gomes (2014) entende a mediação como um ato de cuidar, pois se preocupa com o coletivo, em garantir o direito à informação, em estabelecer um sentimento de pertença e com a humanização do mundo. A mediação também implica na formação de usuários, na qual os seres humanos estão em constante formação. Gomes (2014) demonstra que a mediação tem papel determinante na formação, pois é por meio das experiências e da interação – entre sujeitos, sujeitos e objeto e sujeitos e o meio – que a formação acontece, alterando o estado cognitivo e afetivo do indivíduo.

Nessa perspectiva, abandona-se a ideia de neutralidade do profissional, compreende-se que a atuação do profissional da informação integra a estrutura social vigente e é capaz de transformar essas estruturas ao contribuir com as lutas sociais em prol de uma sociedade justa, democrática e que garanta a permanência dos espaços críticos, colocando-se como protagonistas sociais (Gomes, 2020).

Varela, Barbosa e Farias (2014) também evidenciam o protagonismo social do profissional da informação no processo de empoderamento das comunidades por meio da mediação da informação, uma vez que o empoderamento representa o domínio que os sujeitos de uma comunidade têm sobre suas vidas e a participação crítica nas decisões políticas, econômicas, sociais e culturais; a informação é um bem social e sem ela não há autonomia.

Diante disso, sabemos que as práticas informacionais são intrínsecas ao contexto cultural e por consequência às questões de gênero, classe, raça, entre outros aspectos de nossa sociedade. Por essa razão, concordamos com

Crippa (2011) e Gomes e Côrtes (2020) quanto à necessidade de uma epistemologia feminista aplicada à Ciência da Informação, em especial à mediação da informação, pois romper com o silenciamento das mulheres é um processo longo e para isso múltiplas áreas têm considerado as questões de gênero (Crippa, 2011) e por que não considerá-las também na Biblioteconomia?

A biblioteca é a instituição por excelência do armazenamento e promoção do acesso à informação, por isso atua como formadora de opinião pública. Por muito tempo, foi responsável por determinar o pensamento legítimo e o ilegítimo, restringindo assim o conhecimento apenas ao que era produzido por homens, bem como o acesso à informação que foi por muito tempo negado às mulheres. Dessa forma, “Os estudos de gênero [...] se tornam significativos nas ações de mediação e apropriação da informação em um sistema de circulação de saberes institucionalizados” (Crippa, 2011, p. 770). Por isso:

A necessidade de dar vida a práticas de circulação e apropriação da informação correspondentes, que se enraíze tanto na subjetividade feminina envolvida na transmissão dos saberes quanto nas necessidades informacionais e de construção de conhecimentos das “usuárias”, se coloca na base das reflexões sobre as possibilidades de uma mediação de gênero, como projeto para eliminar a insignificância do ser sexuado em sua relação com a informação e a produção do conhecimento, dando voz e sentido à presença das muitas mulheres, profissionais e usuárias, que atuam na esfera da transmissão e apropriação da informação (Crippa, 2011, p. 773).

O apagamento das mulheres no campo científico e da educação refletiram na formação de uma ciência moderna pautada em preceitos masculinos e eurocêntricos. O machismo associado à ordem social racista estabelece experiências ainda mais depreciativas e desumanas, por isso a importância das feministas negras na luta por um feminismo plural e não unidimensional, visto que as formas de vivência do machismo não são as mesmas para todas as mulheres (Gomes; Cortês, 2020). Do mesmo modo, a mediação da informação precisa considerar as diferentes práticas informacionais e como as teorias feministas podem colaborar para uma mediação pautada nas mulheres.

Às relações que estabelecemos com a informação em um contexto no qual o conhecimento é construído coletivamente dá-se o nome de práticas informacionais (Araújo, 2013 *apud* Gomes; Cortês, 2020), as teorias feministas são práticas informacionais que modificam as estruturas teóricas e refletem nas formas de atuação no mundo, desnaturalizando e ressignificando

fenômenos sociais, por isso, a mediação da informação sob um ponto de vista feminista permite que novas interpretações surjam e colaborem para a construção de uma sociedade justa e democrática (Gomes; Cortês, 2020).

A informação é a base da mudança social, pois a partir dela surgem novas formas de agir e compreender problemáticas sociais que atingem especificamente as mulheres, como, por exemplo a violência de gênero. Cortês, Luciano e Dias (2012, p. 139), afirmam que, a gestão da informação é um fator essencial para planejar ações e tomar decisões de acordo com as necessidades informacionais das mulheres:

[...] a Ciência da Informação, em seus pressupostos, de disseminar, democratizar e intercambiar informações, é grande aliada para fortalecer as políticas públicas, no que diz respeito à prevenção, à publicização e à garantia dos direitos humanos das mulheres (Cortês; Luciano; Dias, 2012, p. 149).

De acordo com as autoras Cortês, Luciano e Dias (2012), o desafio na prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil é a falta de sistematização dos dados estatísticos oficiais e carência de estudos, o que dificultam as ações e a compreensão do problema. Sem informação não é possível ter conhecimento e acesso aos serviços de atendimento existentes, nem ter clareza sobre os direitos das mulheres e redes de apoio para a superação das consequências decorrentes da violência.

Nesse contexto, justifica-se uma mediação de gênero a qual reconhece as especificidades da transmissão de saberes e conhecimentos de e para mulheres, rompendo com a ideia de neutralidade das instituições informacionais, pois essa neutralidade valida a inferiorização e discriminação das mulheres e, conseqüente, a hierarquização entre homens e mulheres.

Embora no exercício da profissão ainda seja difícil perceber a conscientização dos bibliotecários em relação a seu papel social e seu envolvimento com práticas humanitárias, as transformações no meio acadêmico possibilitam falar de conceitos antes não abordados pela Biblioteconomia e refletem na formação de um novo perfil de profissional.

Se pensarmos a informação como um recurso – que, por sua vez, também é distribuído desigualmente na sociedade atual, excluindo uma parcela da população da dita sociedade do conhecimento – e que o bibliotecário, enquanto profissional da informação, é responsável pela disseminação da informação, então, compreende-se que ele tem a responsabilidade social de combater o acesso desigual ao conhecimento a partir do comprometimento

com a comunidade e a obrigação de reagir às consequências negativas da atual configuração social.

Nesse contexto, destacamos as bibliotecas comunitárias como espaços promissores para que as mulheres interajam, compartilhem suas experiências e encontrem acolhimento para debater de forma segura as relações de poder e repressão, fora do sistema estatal que, muitas vezes, censura e oprime, visto que são unidades mantidas pela própria comunidade e não por instituições externas a ela, o que permite maior liberdade e práticas não hierarquizadas.

Ademais, por meio das bibliotecas comunitárias é possível abordar a mediação da informação de uma forma mais próxima de tais mulheres, com linguagem que as acolham de modo a promover um processo educativo que vise defesa do diálogo na formação de uma comunidade de aprendizado, que ultrapasse barreiras erguidas ou não pelas diferenças que marcam as sociedades e que dificultam o processo educativo libertador, como argumentam Freire (1986) e bell hooks (2020).

Segundo Machado (2008), as bibliotecas e as práticas sociais estão vinculadas ao contexto no qual ocorrem. A biblioteca comunitária surge como uma resposta aos impactos causados pela pós-modernidade, como a sensação de desequilíbrio, a aceleração do tempo e das relações provocadas pelo avanço tecnológico, assim como o individualismo e a desigualdade no acesso à informação.

A informação e o conhecimento tornaram-se um problema social ao serem convertidos em produtos aos quais somente quem tem poder de compra tem acesso, situação agravada ainda mais pela falta de políticas públicas. Como forma de combater a exclusão social e solucionar a falta de acesso à informação e à leitura, surgem as bibliotecas comunitárias a partir de ações comunitárias coletivas (Machado, 2008).

A definição do termo é complexa: muitas bibliotecas com as mesmas características e objetivos usam o termo biblioteca popular, porém a autora ressalta que a criação da biblioteca popular está imersa no movimento populista do governo brasileiro entre as décadas de 1930 e 1960. Muitas vezes a mudança ocorre apenas na esfera semântica, conservando os mesmos serviços da biblioteca pública, como observado por Almeida Junior (1997).

Entretanto, Machado (2008, p. 60-61) elenca algumas particularidades da biblioteca comunitária:

1. a forma de constituição: são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural.

2. a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social.
3. o processo de articulação local e o forte vínculo com a comunidade.
4. a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas.
5. o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação.

Dessa forma, a biblioteca comunitária pode ser considerada um outro tipo de espaço, diferente da biblioteca pública, pois se pauta na autonomia, flexibilidade e articulação local, além de valorizar a ação cultural acima da organização e do tratamento da informação (Machado, 2008), apresentando-se como um espaço fecundo para a resistência frente à opressão sobre as mulheres.

Laudino e Lourenço (2018) chamam a atenção para o fato das bibliotecas comunitárias sempre estarem relacionadas às comunidades vulneráveis, embora esse tipo de espaço informacional não exista apenas nas periferias. É evidente que seu desenvolvimento é uma resposta à negligência do Estado e à disparidade econômica. Sendo assim, muitas vezes, as bibliotecas comunitárias tornam-se o único espaço na comunidade que compartilha informação e conhecimento de forma gratuita. Os autores entendem as bibliotecas comunitárias como:

[...] produtos de ato político e de resistência, atuam na luta contra a desigualdade social atribuindo ao acesso à informação, um caminho ao saber, que incentiva a leitura – de mundo –, proporciona o pensamento crítico, diminuindo as manipulações em massa (Laudino; Lourenço, 2018, p. 4).

Entende-se que as bibliotecas comunitárias são mais do que espaços físicos, são instâncias simbólicas, de interações e convivências, administradas pela própria comunidade e, por isso, engendram questões relevantes sobre democratização e mediações no campo social dessas comunidades. Apresentam-se como forma de resistência à inércia do Estado diante da falta de acesso à informação e à cultura, constituindo assim um ambiente de socialização das dificuldades e do trabalho cooperativo (Cavalcante; Feitosa, 2010). A socialização é elemento indispensável à evolução social, pois a partir da valorização da:

[...] identidade, enraizamento, sentimento de pertença, permanência nos lugares e capacidade de originar as próprias riquezas significam possibilidades para a construção de estratégias de desenvolvimento, legitimado por trajetórias situadas no cotidiano e no reconhecimento das potencialidades e valores locais (Cavalcante; Feitosa, 2010, p. 9).

A comunicação é o que permite a coesão social, pois a partir dela o conhecimento é gerido coletivamente, enquanto a biblioteca comunitária se constitui como espaço de interações onde a mediação acontece, permitindo as trocas dos saberes, da cultura e da memória. Assim, a biblioteca comunitária não apenas permite a reunião e organização de acervos que atendam às necessidades de seu público, mas também potencializa a criação de serviços pela própria comunidade e, como efeito, o desenvolvimento local (Cavalcante; Feitosa, 2010).

Desta forma, a comunicação se apresenta como um instrumento de ação cultural, sendo a ação cultural a ideologia política de uma profissão, que possui uma motivação manipuladora (normativa) ou visa promover a emergência cultural (transformadora). Para que a ação cultural seja transformadora, é preciso promover o encontro entre os sujeitos fora desse sistema normativo, possibilitando a criatividade e criação, por meio da qual o indivíduo se torna cidadão (Flusser, 1983).

Segundo Flusser (1983, p. 162), “para que uma biblioteca possa vir a ser uma biblioteca-ação cultural é necessário que ela se volte para o não público” – são aqueles a quem a sociedade limita ou recusa os meios para optar livremente. Na prática, podemos tornar as bibliotecas comunitárias espaços de transformação social por meio do diálogo crítico que objetive o protagonismo e a aproximação entre instituições/movimentos que lutam por direitos humanos e sociais.

A própria concepção de comunidade impacta na definição de biblioteca comunitária. Pereira e Coutinho (2018, p. 3767) entendem a comunidade pelo prisma social, histórico e cultural, pois, segundo eles, a comunidade é um agrupamento de pessoas convivendo em um determinado espaço geográfico e temporal, com características culturais e organizacionais específicas a partir das quais constroem significados coletivamente. Para os autores, a essência desses espaços é a interação e autonomia e embora muitas bibliotecas comunitárias não contem com a presença de bibliotecários, elas:

[...] devem se constituir em espaços de integração comunitária, informação, lazer, aprendizado e memória local. E isso deve ocorrer com autonomia e gestão comunitárias, aliadas ao conhecimento técnico de bibliotecárias (os) e estudantes de Biblioteconomia, numa troca contínua.

Como estudantes e docentes devemos pensar no papel da universidade para além do ensino e da pesquisa, incluindo a extensão em nossos debates.

Precisamos questionar por qual motivo aprendemos e realizamos pesquisas: para alimentar nosso ego por meio de um currículo opulento ou para avançarmos enquanto humanidade? Cavalcante e Feitosa (2010) demonstram o quanto a universidade pode contribuir com o desenvolvimento de projetos de cidadania em parceria com as comunidades e movimentos sociais, lembrando-nos que fazemos parte desse contexto e não de um olimpo acadêmico.

Todo o esforço da Biblioteconomia para compreender os fenômenos informacionais, a dinâmica das bibliotecas e as concepções de mediação não se pautam mais no mero oferecimento de informações, mas sim na simbiose entre informação, sociedade e cultura, pois, se as necessidades informacionais derivam das necessidades sociais e, quando atendemos às necessidade informacionais estamos também, mesmo que parcialmente, satisfazendo necessidade sociais como dito por Le Coadic (2004), então a finalidade da área é também a superação dos conflitos sociais, não apenas das necessidades informacionais.

Assim, em uma sociedade patriarcal, na qual o conhecimento é construído por uma perspectiva masculina e as mulheres são tidas como inferiores, a informação é, ao mesmo tempo, reflexo dessa cultura e mantenedora dela, por isso necessitamos de informações que revertam o pensamento hegemônico e, conseqüentemente, alterem o contexto social por meio do protagonismo feminino na produção e apropriação da informação (Crippa, 2011). A mediação da informação e da cultura para mulheres no âmbito das bibliotecas comunitárias se preocupa exatamente com o protagonismo das mulheres nesses espaços, de modo que elas produzam e se apropriem de informações necessárias à transformação do *status quo*. Os dados que seguem na próxima seção foram coletados pensando exatamente na importância de atuarmos nessa realidade.

### 3 Apresentação e análise dos resultados

A primeira categoria de análise do questionário foi **1. Dados socioeconômicos**, em que buscamos compreender as características gerais da amostra quanto à Faixa etária, Profissão, Região da Cidade, Quantidade de filhos, Relacionamento, Raça e Escolaridade. Sistematizando as respostas, obtivemos o seguinte perfil das 22 participantes: mulheres com idade entre 20-30 anos, estudantes, residentes na zona norte de Londrina, sem filhos, casadas, brancas e com pós-graduação.



Devemos destacar que esse perfil diz respeito às mulheres que responderam ao questionário e, embora, não necessariamente represente a população de usuárias da Flapt e residentes da zona norte, ele nos dá indícios desse universo e possibilita inferir sobre as ausências nessa pesquisa. O tipo de instrumento, por ser um questionário on-line, limita e exclui uma parcela da população que não tem acesso aos recursos necessários ou não possui instrução para lidar com essas ferramentas, questões estas que podem ser levantadas a partir dos dados.

De acordo com o último censo do IBGE (2010), Londrina possui 506.701 habitantes, sendo que 52,03% são mulheres e, desse total de mulheres, 17,27% têm entre 20 e 30 anos e 22,8% da população feminina de Londrina é mãe. O atraso na realização do censo nacional e a inexistência, no município de Londrina, de dados totais da população feminina de acordo com a raça, dificultam a compreensão da realidade atual e de todos os outros dados que apresentam divisão por cor.

Conforme discutido na seção anterior, as questões de gênero apresentam intersecção às categorias de classe e raça. Ao analisarmos o perfil das usuárias reais/potenciais, precisamos nos questionar sobre a predominância de mulheres jovens, brancas e com ensino superior em nossas respostas e buscar as razões pelas quais mulheres não brancas, idosas e com baixa escolaridade estiveram em minoria nas respostas.

Embora essa seja uma questão para futuras pesquisas, dada a complexidade do assunto, podemos inferir que as mulheres jovens, brancas e com alta escolaridade apresentam maior acesso às tecnologias e familiaridade com questionários on-line, sabemos que a população idosa ou com pouca instrução apresenta muita dificuldade com essas ferramentas.

Por outro lado, os dados se assemelham ao censo da população de Londrina, então entendemos que a pesquisa se aproximou em certa medida do perfil de mulheres da zona norte e que conhecem a Flapt. Nesse contexto, a mediação informacional e cultural interfere de formas diferentes para cada mulher em sua relação com a informação e, tendo conhecimento do perfil, é possível realizar uma mediação consciente de modo a alcançar o protagonismo social feminino (Gomes; Côrtes, 2020).

A segunda categoria da pesquisa foi **2. Hábitos culturais e de informação**, essa categoria apresenta informações quanto aos locais que frequentam, motivos que as impedem de frequentar, fontes de informação, assuntos de maior interesse e fatores que as fariam frequentar mais a biblioteca, conforme podemos conferir nos quadros a seguir.

**Quadro 1 – Locais que frequentam**

Local	Nunca	Às vezes	Sempre
Cinema	01	16	05
Museu	05	17	0
Teatro	11	10	01
Centro Cultural	09	13	0
Livraria/Sebo	01	12	09
Arquivo Público	13	08	01
Biblioteca	03	13	06

**Fonte:** as próprias autoras.

De acordo com o quadro 1, a biblioteca demonstra uma presença significativa na vida das mulheres, 19 responderam que frequentam “às vezes” [13] ou “sempre” [6], apenas três disseram nunca ir a essas unidades de informação. O fato de todas terem cursado o ensino médio e muitas possuírem graduação e pós-graduação, além de 50% das participantes serem estudantes ou professoras, impacta diretamente no uso de bibliotecas, pois, como demonstra a pesquisa realizada pelo Instituto Pró Livro (2016), 78% das pessoas que não estudam não frequentam bibliotecas. Além disso, tal dado nos leva ao entendimento de que esse público, teoricamente, tem maior acesso à informação, o que pode lhe permitir ampliar conhecimentos em relação às lutas no e direitos das mulheres.

A partir do quadro 2, podemos entender que a falta de tempo é o motivo que mais impede as participantes de visitar frequentemente esses espaços, seguido por horário não flexível, pois o funcionamento de algumas unidades não possibilita às pessoas que trabalham em horário comercial de frequentar esses espaços em horários alternativos e o terceiro fator mais relevante diz respeito ao trabalho doméstico que dificulta e/ou impede as mulheres de participação na vida social e cultural e, conseqüentemente na inclusão das bibliotecas em suas rotinas. Ainda sobre o terceiro fator, Federici (2019, p. 42) discorre que o trabalho doméstico “não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e personalidade femininas”. Os três motivos se interconectam, pois demonstram uma sobrecarga de atividades que suprimem o tempo que poderia ser despendido ao uso de unidades informacionais:

**Quadro 2 – Motivos que impedem a frequência em espaços informacionais**

Motivo	Nunca	Às vezes	Sempre
--------	-------	----------	--------

Falta de tempo	0	14	8
O horário não é flexível	1	14	7
As tarefas domésticas me impedem	7	13	2
Não sei como funcionam	14	6	2
Meu marido pode não gostar	22	0	0
Não sei a localização desses lugares	12	10	0
Não me sinto à vontade / tenho vergonha de entrar	19	3	0
Os serviços oferecidos não me interessam	11	11	0
Não gosto de ler	19	3	0
O atendimento geralmente é ruim	15	7	0
Esses lugares são apenas para pessoas cultas	20	2	0

**Fonte:** as próprias autoras.

Pesquisas do IBGE (2021) demonstram que as mulheres despendem quase o dobro de horas na realização de tarefas domésticas e no cuidado de pessoas, em média, as mulheres dedicam 21,3 horas por semana nessas atividades, enquanto os homens gastam apenas 10,9 horas; mesmo para mulheres inseridas no mercado de trabalho, a proporção continua sendo praticamente o dobro do tempo.

Quanto às fontes de informação, como a transmissão televisiva, o Google e as redes sociais se apresentam como uma realidade do grupo pesquisado e, diante disso, não devemos negligenciar e tentar restringir as formas de obtenção de informação somente às fontes formais, mas sim garantir que essas usuárias tenham criticidade em frente a esses meios e habilidades para buscar, recuperar, acessar, usar e compartilhar informações de qualidade independente dos meios de comunicação, pois, em uma sociedade marcada pelo desenvolvimento tecnológicos, os sujeitos só participam e se sentem pertencentes ao social quando dominam os dispositivos tecnológicos, de informação e mídias associadas (Dudziak; Ferreira; Ferrari, 2017).

### Quadro 3 – Fontes de informação utilizadas

Fontes	Nunca	Às vezes	Sempre
Jornal impresso	8	14	0
Televisão	4	11	7
Sites oficiais	1	5	16
Google	0	8	14
Blog	10	6	6

Facebook	4	8	10
Whatsapp	8	7	7
Livros	0	9	13
Artigos científicos	1	7	14

**Fonte:** as próprias autoras.

Como é possível notar no quadro 3, o Google foi a fonte mais citada, por essa razão, a mediação é indispensável não apenas no contexto das bibliotecas físicas, mas também em ambiente web, no qual a mediação da informação pode ocorrer mesmo indiretamente. Como definido por Almeida Junior (2015), a mediação é qualquer interferência direta ou indireta atrelada ao acesso à informação.

Mesmo no ambiente digital em que o usuário não está compartilhando o mesmo espaço com o profissional da informação, a mediação acontece no tratamento, na organização, no compartilhamento e na apropriação da informação. Essa mediação é fortemente impactada pela competência em informação, pois as relações que são estabelecidas com a informação e as tecnologias dependerão da competência midiática dessas usuárias, bem como da atuação dos bibliotecários nesses ambientes.

Observamos que a amostra apresenta interesses diversos, desde assuntos acadêmicos, de autocuidado, para lazer e hobbies. Identificar os interesses das usuárias é vital para desenvolver produtos e serviços que atendam verdadeiramente às necessidades dessa comunidade, bem como aumente a atração pela biblioteca e possibilite uma atuação que abranja o contexto no qual as unidades de informação estão inseridas. Os assuntos mais votados foram ciências humanas (10), culinária (10), política (9), literatura (8) e saúde das mulheres (7):

Ao levantar o perfil das mulheres que participaram da pesquisa, quais seus interesses, suas relações com as fontes de informação, o significado das bibliotecas em suas vidas e as questões que enfrentam na sociedade a partir de sua condição feminina, estamos interessadas em atuar para além do fornecimento de documentos por meio do sistema de informação, temos interesse no uso e no impacto dessas informações na vida dessas mulheres. Saber os temas de interesse desse público nos fornece indícios para a compreensão das possíveis necessidades, bem como ir além do que as usuárias estão habituadas, de modo a promover ações que permitam o empoderamento feminino e a luta por direitos.

A terceira categoria da análise foi sobre **Violência contra as mulheres**, com dados referentes aos tipos de violência que conhecem, informações sobre os direitos das mulheres e contato direto ou indireto com violência de gênero.

No questionário, perguntamos quais dos cinco tipos de violência contra as mulheres, conforme expresso na Lei nº 11.340/2006, as participantes conheciam. Cabe ressaltar que para Cavalcante (2022) tais violências estão enraizadas no substrato do desenvolvimento das sociedades que foram constituídas de elementos estruturais da cultura do patriarcado, também multifacetados econômica e politicamente.

Todas as mulheres disseram saber o que é a violência psicológica, 20 sabem o que é a violência física, 18 marcaram que sabem definir a violência sexual, 18 delas entendem o que seja a violência patrimonial e igual resultado para a violência moral, sendo estas duas últimas as menos conhecidas pela amostra. Tal fato se explica uma vez que para muitas pessoas a violência está somente atrelada às questões físicas e não a outros elementos, que também são desencadeadores da violência física.

Por outro lado, compreendemos que o fato de saber a definição de cada tipo de violência não garante que as pessoas saibam identificar essas violências quando elas ocorrem, ou então, conhecem as atitudes, porém ignoram o conceito atribuído e a esse tipo de comportamento.

Pensando nisso, apresentamos exemplos de situações de violência e pedimos para que as participantes marcassem se já haviam passado por situação semelhante, se conheciam alguém que vivenciou aquilo ou nenhuma das opções. Das situações apresentadas às participantes, todas foram vivenciadas direta ou indiretamente pelas mulheres, desde julgamento até agressão e estupro, detalhadas no quadro 4:

**Quadro 4 – Contato direto ou indireto com violência de gênero**

Exemplo de violência	Sim	Conheço alguém	Não
Apanhou ou foi ferida de alguma forma por um homem.	4	13	5
Foi estuprada.	3	7	12
Foi impedida de usar método contraceptivo ou obrigada a abortar.	0	2	20
Seu dinheiro é controlado pelo marido.	2	10	10
Não recebeu a pensão alimentícia.	4	10	8
Teve bens materiais destruídos pelo parceiro.	0	7	15

Teve a vida íntima exposta.	2	9	11
Foi julgada pelo modo de se vestir.	12	7	3
Foi assediada na rua, em bares, ônibus/uber.	14	7	1
Se sente feia ou inferior por receber críticas constantes do companheiro.	2	10	10
Já teve a fala interrompida por um homem ou foi impedida de falar.	9	7	6
Recebeu piadas ofensivas sobre mulheres, por ser trans ou sobre TPM.	11	6	5
O marido não participa dos cuidados com a casa/filhos.	0	13	9
Foi impedida de trabalhar/estudar ou ter amigos.	3	7	12
Sofreu violência por ser transgênero.	2	5	15

**Fonte:** a própria autora.

A partir dos exemplos de violência citados pelas mulheres, é possível compreendermos que infelizmente, muitas mulheres vivenciam tais violências dentro do contexto intrafamiliar e nas relações interpessoais. Ao longo da história os diversos tipos de violências que circundam a realidade das mulheres, criaram raízes no substrato do desenvolvimento das sociedades que foram constituídas de elementos estruturais da cultura do patriarcado, também multifacetados econômica e politicamente. A violência, aqui seria uma forma de manter a ordem da dominação e disparidade hierárquica, como argumenta Hooks (2019, p. 179):

A violência masculina contra a mulher nas relações pessoais é uma das expressões mais flagrantes do emprego abusivo da força para a manutenção de controle e dominação. É síntese viva dos conceitos de regra hierárquica e autoridade coercitiva.

Sob tal aspecto, é importante destacar que em 2012, Côrtes, Luciano e Dias (2012) evidenciaram as dificuldades que o país encontra para enfrentar a violência contra as mulheres diante da falta de informações estatísticas oficiais sobre o problema, o que torna invisível os crimes cometidos. Atualmente, os recursos para acompanhamento de dados sobre a violência contra as mulheres têm crescido no país, como é o caso do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

No contexto municipal, podemos destacar duas iniciativas, Néias - Observatório de Feminicídios Londrina (2021), uma ação iniciada em 2021 por grupos feministas da cidade como protesto pela tentativa de feminicídio de Cidneia Aparecida Mariano da Costa - que posteriormente veio a falecer - e que busca dar visibilidade e mobilizar a sociedade diante dos casos de feminicídio. Assim como, o Observatório da Violência (Hedler, 2021) uma

parceria entre a Prefeitura, a UEL e a UTFPR que tem por objetivo reunir e monitorar os dados da violência contra as mulheres por meio de um sistema único. A iniciativa foi anunciada em julho de 2021, mas trata-se de um projeto a longo prazo. O papel da biblioteca em tal contexto é dar visibilidade a esses mecanismos e potencializar o compartilhamento e compreensão dessas informações.

Tal papel da biblioteca fica mais evidente observando as respostas sobre as fontes utilizadas para se informar quanto aos direitos das mulheres, nenhuma participante citou as bibliotecas como fonte de informações. Percebe-se que buscam apoio em grupos formados por mulheres, nas redes sociais, nas instituições ou na religião e que recorrem à internet para pesquisa. De modo geral, não foi citado nenhum site específico; site oficiais e a constituição foram citadas apenas 1 vez para cada. A Internet e as redes sociais foram citadas por 12 mulheres, livros/artigos científicos por 6, sites oficiais por 2, pessoas/coletivos/ONG's foram citados 6 vezes e apenas 2 das participantes disseram não buscar informações sobre o tema.

Cabe mencionar que o comportamento apresentado pela amostra reforça que as informações de interesse das mulheres são, em sua maioria, disseminadas por coletivos e ONG's e, principalmente, na internet, fato que exige um posicionamento mais ativo das bibliotecas em relação à disseminação dessas informações e no âmbito da mediação desse tipo de informações para as mulheres, visto que a mediação é promotora da criticidade por meio de "problematização, capaz de impulsionar a recepção, o desenvolvimento intelectual, assim como a tomada de consciência, pode representar um apoio significativo à apropriação da informação pelos sujeitos envolvidos na ação mediadora" (Gomes, 2020, p. 11).

A quarta e última categoria **Relação com bibliotecas**, aborda as percepções das participantes em relação às bibliotecas no geral e à biblioteca comunitária Abdias Nascimento, questionamos sobre o que as bibliotecas podem oferecer, se tiveram experiências anteriores em bibliotecas no que diz respeito às questões femininas e qual a percepção delas sobre a Flapt.

Solicitamos às mulheres que escrevessem sobre o que as bibliotecas podem oferecer no âmbito de suas vidas. Além das bibliotecas oferecerem informação, conhecimento, livros, cursos e auxílio na pesquisa, algumas respostas ressaltam a importância da leitura e das bibliotecas para a formação crítica dos sujeitos, o crescimento intelectual, a capacidade de argumentar e pensar livremente.

A percepção das usuárias sobre as bibliotecas vai além do acervo de livros, aparentemente reconhecem que a biblioteca está preocupada com a

informação e conhecimento e não apenas com o suporte físico como geralmente se pensa, entretanto quando questionadas sobre experiências anteriores que tratassem das questões relativas à mulheres nesses espaços, apenas cinco delas disseram já ter vivenciado essa experiência, enquanto quinze delas responderam “Não”, como podemos conferir no quadro 5:

**Quadro 5** – Experiências anteriores em bibliotecas sobre mulheres

Não	Sim
“Não”. [15]	“Sim. Exposições na biblioteca central de Londrina, onde havia seleções excepcionais!”
“Não, pois não cheguei a ler esses assuntos na biblioteca”.	“Pesquisa sobre profissionais do sexo”.
“Nunca”.	“Que eu me lembre, sobre mulher, só vi em bibliotecas virtuais”.
	“Sim, já vi revistas, artigos e até mesmo na sala de aula, na UEL mesmo e na biblioteca setorial do Ceca”.
	“Sim, através de folders, cartilhas e informações sobre campanhas... Biblioteca do Colégio IEEL”.

**Fonte:** as próprias autoras.

As respostas evidenciam que, apesar do apreço pela biblioteca, as usuárias esperam mais do que esses espaços ofereceram até então. Concordamos que a biblioteca comunitária, enquanto um espaço de mediação da informação e da cultura, pode contribuir para além do acesso ao acervo a partir de ações efetivas ligadas aos movimentos sociais, da atuação enquanto impulsionadora da produção e consumo de conhecimento por mulheres e da própria compreensão de seu papel social e do contexto cultural do qual faz parte.

Podemos inferir que as unidades de informação continuam a reproduzir formas hegemônicas de conhecimento e talvez desconsiderem que as construções simbólicas em torno da informação decorrem das relações culturais e subjetivas entre os sujeitos, entre elas, as relações de gênero, classe e raça e, por isso mesmo, demandam mediações que disseminem “[...] novas práticas informacionais, referenciais, narrativas e práxis comprometidas com a desnaturalização e a ressignificação de conteúdos informativos hegemônicos vigentes, que alocam às mulheres uma situação de desigualdade social” (Gomes; Cortês, 2020, p. 163-164).

Os dados nos direcionam ao entendimento de que nossa amostra apresenta, majoritariamente, usuárias potenciais e não reais, pois as participantes moram na região norte da cidade, têm interesse pelo tipo de serviço oferecido e já



possuem como hábito frequentar bibliotecas, entretanto ainda não são frequentadoras dessa unidade. Diante disso, observamos que a Flapt e sua biblioteca comunitária Abdias Nascimento não têm visibilidade suficiente dentro da comunidade de mulheres de Londrina, uma vez que apenas seis mulheres (27%) conhecem a biblioteca.

A partir dessa constatação, destacamos a necessidade, não só desta, mas de todas as bibliotecas comunitárias em criar meios eficientes de comunicação entre a biblioteca e a comunidade que a rodeia, para que esta seja de fato o elemento fundador da biblioteca. Procurar apoio nas redes de bibliotecas comunitárias da cidade, parcerias com o sistema de bibliotecas públicas e com as universidades locais são estratégias que podem potencializar os serviços oferecidos pela vila cultural e a participação da população que a envolve.

#### 4 Considerações finais

A mediação da informação e da cultura no contexto das bibliotecas comunitárias nos apresentaram alternativas para atender necessidades informacionais e, conseqüentemente, contribuir com a resolução de problemas sociais. O caráter dialógico da mediação da informação e da cultura, em ênfase sua preocupação com o coletivo e com o protagonismo social, assim como o fundamento da biblioteca comunitária enquanto espaço de sociabilidade e gestão pelos próprios sujeitos são elementos essenciais para a transformação da sociedade e produção de um mundo justo e democrático.

Conhecer um pouco sobre essas mulheres nos permitiu alcançar o objetivo da pesquisa de investigar os hábitos informacionais e culturais dessas mulheres e as relações com a biblioteca, além disso conseguimos avaliar as necessidades e possibilidades de mediação da informação e da cultura nesse contexto. Diante disso, destacamos, primeiramente, a urgência de profissionais conscientes de seu papel social e necessidade de atuação enquanto protagonistas sociais que articulam as dimensões da mediação da informação em busca do protagonismo de todos os sujeitos envolvidos nas práticas informacionais.

Mediante ao exposto salientamos a necessidade de inclusão aos currículos de graduação em Biblioteconomia as questões de gênero e sua relação com a informação e os espaços culturais, de tal modo que as práticas profissionais, os produtos e os serviços oferecidos pelas bibliotecas sejam transformados e socialmente ativos na garantia de equidade de gênero, na elevação do nível de formação feminina e no combate à violência contra as mulheres.

No contexto desta biblioteca comunitária percebemos a importância de ampliar o público que utiliza a biblioteca e, para isso, é essencial considerar os aspectos que tangenciam a relação dos sujeitos com a informação, como o gênero, a raça, a classe social, a idade, a sexualidade, entre outros. Desta forma, é possível interferir no processo informacional consciente do contexto cultural que envolve a biblioteca e mediar a informação com diálogo, consciência e ética.

Conhecer os interesses e necessidades informacionais das mulheres é indispensável para interferir no processo de busca por essas informações, seja direta ou indiretamente, por exemplo, inserindo obras no acervo, disseminando informações no ambiente físico ou digital ou realizando rodas de conversa sobre assuntos de interesse do público. Estabelecer uma relação de proximidade com a comunidade, manter o público informado sobre os serviços e produtos oferecidos, além de integrar os sujeitos na formação da biblioteca é indispensável para a construção da dialogia e de uma biblioteca verdadeiramente comunitária.

Diante da quantidade de respostas que se referem à internet como fonte de informação, destacamos a necessidade da mediação da informação e da cultura também nesses ambientes, de modo a organizar e compartilhar informações confiáveis na rede e possibilitando a produção de conhecimento pelas mulheres. Nesse ponto, chamamos a atenção quanto aos dados sobre violência contra as mulheres, como dito, existe uma carência de informações organizadas sobre o assunto no município e, enquanto profissionais da informação, não podemos negar a nossa parcela de culpa nesse problema, se nossa formação nos permite atuar diante desse problema, por que permanecemos indiferentes?

O entendimento dos mecanismos propulsores da violência contra a mulher se dá pelo entendimento dos processos de construção simbólica são estabelecidos socialmente em teias mediacionais postergadas culturalmente. Decorre daí a necessidade de compreender tal cenário numa chave de leitura com enfoque na mediação cultural da informação, uma vez que os sujeitos estabelecem ações e relações mediadas por processos socioculturais entremeados por informação.

Em paralelo, frente às possibilidades inerentes às bibliotecas, destacamos a potencialidade das bibliotecas comunitárias para se tornarem espaços de sociabilidade e construção do sentimento de pertença e empoderamento a partir da mediação da informação e da cultura. As participantes revelaram o quanto a biblioteca importa para elas e o quanto esperam desses espaços, por isso a possibilidade em fazer dessa biblioteca comunitária um local de

acolhimento, mediar a informação para alcançar a dimensão estética e política de modo que essas usuárias encontrem a beleza na formação, um lugar onde possam refletir sobre suas demandas e encontrar estratégias para juntas alcançarem seus objetivos e direitos.

Acreditamos que as discussões aqui apresentadas contribuem para ampliar nossa visão quanto à mediação da informação e da cultura de forma interdisciplinar ao incorporar os estudos de gênero no debate. Também ressaltamos a importância quanto ao levantamento do perfil das participantes, uma vez que oferece informações à Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento, que podem ser convertidas em ações direcionadas às mulheres da comunidade.

Desejamos que esta pesquisa inspire novos estudos na Biblioteconomia e Ciência da Informação, que aproximem a área do movimento feminista, assim como do movimento negro, dos trabalhadores e do movimento LGBTQIA+. Também esperamos que as universidades ampliem a atuação em comunidades por meio dos projetos de extensão, contribuindo tanto para a experiência dos estudantes quanto para as bibliotecas comunitárias que, em sua maioria, não possuem bibliotecários.

## Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: EDUEL, 1997.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos.; SILVA, Rovilson José da. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. v. 2.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. v. 1.

BEZERRA, Arthur Coelho; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Mediação cultural da informação para o reencantamento do mundo. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 25, p. 01-19, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e72831>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e72831/44027>. Acesso em: 13 jan. 2024.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia; FEITOSA, Luiz Tadeu. Bibliotecas comunitárias e movimentos sociais: mediações, sociabilidades e cidadania. In: ENCONTRO NACIONAL DE

PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFC, 2010. p. 1-18. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/34513>. Acesso em: 13 jan. 2024.

CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. A violência contra a mulher sob o olhar da mediação cultural da informação: análise da exposição "Retratos Relatos". **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 1-19, ago. 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1806>. Acesso em: 13 jan. 2024.

CORTÊS, Gisele Rocha; LUCIANO, Maria Cristiana Félix; DIAS, Karla Cristina Oliveira. A informação no enfrentamento à violência contra mulheres: centro de referência da mulher "Ednalva Bezerra": relato de experiência. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. especial, p.134-151, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/14199/8105>. Acesso em: 13 jan. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: CRENSHAW, Kimberlé. **Cruzamento: raça e classe**. [Brasília: Unifem, 20--?]. p. 7-16. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2295749&forceview=1>. Acesso em: 13 jan. 2024.

CRIPPA, Giulia. O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre mediação de gênero. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 269-782, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119412>. Acesso em: 13 jan. 2024.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; FERRARI, Adriana Cybele. Competência informacional e midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 213-253, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/675/577>. Acesso em: 13 jan. 2024.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: elefante, 2019. 388 p.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/15776>. Acesso em: 13 jan. 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1986.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação&Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, mai./ago. 2014. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso em: 13 jan. 2024.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Inf.&Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047/32516>. Acesso em: 13 jan. 2024.

GOMES, Henriette Ferreira; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Mediação consciente da informação e protagonismo social das mulheres: as práticas informacionais das teorias críticas feministas. In: ALVES, Edvaldo Carvalho; BRASILEIRO, Fellipe Sá; CÔRTEZ, Gisele Rocha; MELO, Daniella Alves de. (orgs). **Práticas informacionais: reflexões teóricas e experiências de pesquisa**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. p.113-182. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/769/863/6761-1>. Acesso em: 13 jan. 2024.

HEDLER, Ana Paula. **Observatório da violência contra as mulheres é lançado em Londrina**. Londrina, 21 jul. 2021. Blog: Prefeitura de Londrina. Disponível em: <https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=103742>. Acesso em: 13 jan. 2024.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

IBGE. **Censo demográfico: tabelas**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados>. Acesso em: 13 jan. 2024.

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil: tabelas**. 2. ed. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 13 jan. 2024.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2016. Disponível em: [https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Pesquisa\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_no\\_Brasil\\_-\\_2015.pdf](https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf). Acesso em: 13 jan. 2024.

LAUDINO, Bruna Gabrieli Lago; LOURENÇO, Giuseppe Celebrone. Biblioteca comunitária: um universo dentro de uma tipologia. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [S. l.], n. especial, p. 1-10, [2018]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/106497>. Acesso em: 13 jan. 2024.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

MACHADO, Elisa C. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/publico/Tese.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2024.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MENDONÇA, Ismael Lopes; FEITOSA, Luiz Tadeu; DUMONT, Lígia Maria Moreira. Por uma relação cultural com a informação. **TPBCI ANCIB**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/498/480>. Acesso em: 13 jan. 2024.

NÉIAS OBSERVATÓRIO DE FEMINICÍDIO LONDRINA. **Um pouco sobre nossa história**. Londrina, 2021. Disponível em: <https://www.observatorioneia.com/quem-somos/um-pouco-sobre-nossa-hist%C3%B3ria>. Acesso em: 13 jan. 2024.

PEREIRA, Patrícia Mallmann Souto; COUTINHO, Luciano Rodrigues de Souza. Estudo de comunidade e biblioteca comunitária. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...], Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103839>. Acesso em: 13 jan. 2024.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 89–98, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465/2389>. Acesso em: 13 jan. 2024.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais** [...], Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo%20negro2.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2024.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, jan./abr. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100018>. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/29766>. Acesso em: 13 jan. 2024.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação&Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 13 jan. 2024.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

VARELA, Aida Varela; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Mediação em múltiplas abordagens. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 138-170, maio/ago. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n2p138>. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34043>. Acesso em: 13 jan. 2024.

## Sobre a autoria

### **Barbara Angelica Colono**

Bibliotecária pela Universidade Estadual de Londrina. Discente de especialização em Letramento Informacional: Educação para a Informação da Universidade Federal de Goiás (UFG).

E-mail: [barbara.colono@uel.br](mailto:barbara.colono@uel.br)

### **Luciane de Fátima Beckman Cavalcante**

Bolsista PQ2 (CNPq) Docente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI/IBICT/ UFRJ). Líder do Grupo de Pesquisa: Informação, Conhecimento e Cultura em Múltiplos ambientes – INFOCULT.

E-mail: [luciane.cavalcante@facc.ufrj.br](mailto:luciane.cavalcante@facc.ufrj.br)

### **Gisele Rocha Côrtes**

Graduada em Pedagogia (1996) e Ciências Sociais (1998) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Possui Mestrado (2002) e Doutorado (2008) em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é professora associada do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Atua nos seguintes temas: Organização Acesso e Uso da Informação, Mediação da Informação, Relações de Gênero e Informação étnico-racial.

E-mail: [giselerochacortes@gmail.com](mailto:giselerochacortes@gmail.com)

## Notas

### **Agradecimentos**

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Artigo submetido em: 30 out. 2022.

Aceito em: 22 jun. 2023.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalqual 4.0 Internacional.

**UFCA** UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CARIRI

Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Mestrado Profissional em Biblioteconomia  
Revista Folha de Rosto

 **PPGB**

✉ [folhaderosto@ufca.edu.br](mailto:folhaderosto@ufca.edu.br)

📷 [@revistafolhaderosto](https://www.instagram.com/revistafolhaderosto)

🐦 [@revfolhaderosto](https://twitter.com/revfolhaderosto)

Este periódico é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri em formato digital e periodicidade quadrimestral.